

DENÚNCIA

Na Reserva de Ibirama/SC.

DESCASO DA FUNAI PROVOCA EMANCIPAÇÃO



Numa significativa aliança, a FUNAI e a Indústrias de Madeiras TOMELIN levaram o povo Xokleng a solicitar a emancipação da comunidade. A Reserva Ibirama, em Santa Catarina, além de ser uma das maiores reservas de canela do país, representa um patrimônio florestal, despertando sobremaneira a cobiça das madeireiras da região. Os líderes Xokleng de Ibirama declararam, no dia 24 de outubro em Brasília: "A emancipação é a última hipótese".

O pedido de emancipação do povo Xokleng consistiu a crítica mais veemente feita ao órgão tutelar. É a emancipação do maior cúmplice da espoliação que frequentemente ocorre na reserva IBIRAMA; a FUNAI deixou de lado as funções previstas no Estatuto do Índio, entregando-se à negociar com as empresas madeireiras, abandonando os Xokleng à própria sorte. A FUNAI, junto com a TOMELIN, estão querendo transformar o pretexto indígena em cilada, fazendo passar os índios da tutela mal exercida para o mercado madeireiro, que será realmente o cemitério dos Xokleng.

História da Convivência

O Posto Indígena de IBIRAMA foi fundado com a "pacificação" dos Xokleng, por Eduardo Hoerhan em 1914. Somente no ano de 1926 se conseguiu do Governo Estadual a decretação da área, depois de 30 anos, em 1956 foi demarcada acusando 14.156 ha.

A FUNAI, amparada nos dispositivos legais anti-indígenas do próprio Estatuto do Índio, começou a assinar contratos com as madeireiras de Santa Catarina. A Marchetti foi uma das primeiras favorecidas, tendo surrupiado mais que o dobro permitido pelo contrato. Em 1977, a delegacia da FUNAI, em Curitiba, brindou a madeireira Jost com vantajoso contrato. A pressão das denúncias dos Xokleng obrigou a FUNAI a demitir, certamente a contragosto, o então delegado.

Maquiavelmente, o órgão procurou fazer dos líderes indígenas os agentes do roubo oficialmente via contratos de exploração de madeiras. Nomeando como chefe de Posto o Xokleng Lino Nunc Nfôonro, a FUNAI esperava que o líder evitasse o embargo das máquinas e caminhões das madeireiras, calasse as denúncias e deixasse correr frouxo as invasões das Jost ou Marchetti. A manobra da FUNAI saiu pela culatra, pois Lino não permitiu a exploração e denunciou descaso da conivente FUNAI. Bastou isso para ser demitido em 1978.

Inundação "bem" negociada

Há alguns anos os Xokleng estão revoltados com a construção de uma barragem no rio Hercílio que inundará 800 ha da reserva indígena. A FUNAI, ciosa dos interesses dos grupos econômicos locais, arquitetou um plano visando "compatibilizar" interesses frontalmente antagônicos. Por esse ardiloso plano, a área de Ibirama seria dividida em lotes de 25 ha., para cada família e, dessa forma, impedir possíveis indenizações pela terra inundada. De outro lado, a FUNAI preparou a venda da madeira da área a ser inundada, publicando editais de licitação em dezembro de 1978, para a venda de 15.000 metros cúbicos de madeira.

Cansados de saber que não seriam beneficiados com tais acordos, e que a FUNAI não lhes garantiria indenização da terra inundada pela barragem do DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), os Xokleng com apoio do advogado da ANAI/RS, conseguiu a suspensão da licitação.

Hoje, conforme levantamento do Xokleng, Lino Nunc, a área é habitada por 840 pessoas, entre Xokleng, Guarani e Kaingang, além de alguns brancos e mestiços. A FUNAI procura por todos os meios estimular a divisão entre os habitantes da reserva IBIRAMA. Aproveita-se da divisão entre dois credos - Assembléia de Deus e Assembléia de Deus do Brasil - para jogar índio contra índio. Tenta cooptar líderes, fazendo-os funcionários do infiel órgão tutor para estabelecer novas cisões, como, por exemplo, acontece com o cacique Voia Paté. Com aqueles índios decididos a não se submeterem a FUNAI apela para a força, ameaçando-os arbitrariamente de transferência.

PROTESTO PELA EMANCIPAÇÃO

No dia 6 de outubro de 80 compareceram os Xokleng Voia Paté, Alfredo Paé, João Paté, Edu Priprá e Edi Priprá, diante do Cartório Margarida de Blumenau/SC, onde fizeram um acordo com a Indústria de Madeiras TOMELIN. Os líderes indígenas declararam que "face a ausência de solução, recursos e assistência por parte da FUNAI, foram obrigados a socorrer-se de terceiros". Também está escrito que o "sr. Antonio Vicente de Carvalho, funcionário, da FUNAI, tinha pleno conhecimento de tudo, tendo inclusive aprovado o negócio".

A TOMELIN, muito solicitada, veio em socorro dos Xokleng, Guarani e Kaingang, porque a FUNAI, não deu a

assistência às nações indígenas, e na verdade, criou nos líderes a consciência de que se deveria eliminar um intermediário que só quer sugar as rendas dos povos indígenas, sem preocupação com suas responsabilidades básicas consignadas no Estatuto do Índio.

O negócio só poderia ser fechado se a comunidade da IBIRAMA solicitasse a Emancipação da tutela da FUNAI. A TOMELIN e o órgão tutor cuidaram de apressar esse processo. O delegado de Curitiba, José Carlos Paiva, conhecido criador de casos, pagou a passagem dos Xokleng para Brasília, onde iriam solicitar a Emancipação. A madeireira TOMELIN, financiou as despesas do advogado Lourival Buzzarello. Aqui fica bem firmada a aliança de interesses entre FUNAI/MADEIREIRA. Todavia, para azar dos exploradores das nações indígenas da IBIRAMA, as assinaturas apresentadas pelos índios não correspondem aos 51% necessários para oficializar a Emancipação.

Os líderes Xokleng falaram par o CIMI que "depois da Emancipação não podemos ser mais explorados do que agora. Nós queremos a indenização da área inundada, queremos o dinheiro de nossa madeira aplicada em nossa aldeia. Se a FUNAI só leva o nosso dinheiro, então realmente queremos ser emancipados e negociar por própria causa".

A FUNAI está de olho no acordo, que estipula 150 m3 toras de lei ao preço de Cr\$ 3.000,00 /m3 e 150 m3 de toras de qualidade ao preço de 800 cruzeiros por metro cúbico. Talvez por isso o procurador da FUNAI achou "inédito" o pedido de Emancipação dos povos indígenas de IBIRAMA. Os coronéis de Brasília, provavelmente, não querem a emancipação por estarem interessados nas rendas geradas pela venda de madeira. Os Xokleng querem se libertar da opressiva tutela da FUNAI e uma indenização justa pela área da reserva a ser inundada.

A situação dos povos indígenas da reserva de IBIRAMA mostra como funciona a política de "conciliação de interesses" desenvolvida com afincado pelo órgão tutor. Em IBIRAMA foi tão sistemática aplicação dessa política que os povos indígenas tiveram, como última e desesperada saída, a solicitação da Emancipação, expondo-se à sanha das madeireiras, e colocando em sério risco a sobrevivência da comunidade.

Ricardo Parent e Paulo Sues.